

## **CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05 DE ABRIL DE 2017**

## **DELIBERAÇÕES**

### **DOAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE CABAÇOS À FREGUESIA DE PUSSOS SÃO PEDRO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. De acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, transmitir a propriedade, por meio de doação, do Mercado Municipal de Cabaços, para a Freguesia de Pussos São Pedro, com o artigo matricial n.º 2035, que confronta a norte com arruamento, a sul com arruamento, a nascente com arruamento e a poente com arruamento, localizado em Cabaços, 3250-351 Pussos, descrito na caderneta predial urbana como prédio em propriedade total sem andares nem divisões suscetíveis de utilização independente, com um valor patrimonial atual de €423.611,53 (quatrocentos e vinte e três mil, seiscentos e onze euros e cinquenta e três cêntimos), omissos no registo predial;

2. Realizar, simultaneamente, uma escritura de justificação e uma escritura de doação, conferindo poderes de representação e outorga à Sra. Presidente da Câmara Municipal.

3. As despesas inerentes ao processo de doação são suportadas pela Câmara Municipal, devendo onerar a classificação orçamental 0102/020225 do orçamento municipal para o corrente ano.

**(Aprovado por unanimidade)**

### **ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO DO MUNICÍPIO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, nos termos do disposto no art.º 7.º do Regulamento de condecorações municipais, publicado pelo aviso n.º 23541/20017, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 234 de 05 de dezembro, deliberou:

1. Atribuir a Medalha de Mérito do Município a José Augusto Martins Rangel, pelos seus excecionais e notáveis serviços e pela sua dedicação à comunidade, contributo e mérito extraordinário com que serviu a população Alvaiazerense.

**(Aprovado por unanimidade)**

### **RATIFICAÇÃO DO DESPACHO N.º 1903 DE 31 E MARÇO DE 2017 - CRONOGRAMA DO PROJETO ALVAIÁZERE VIVA - FÉRIAS DESPORTIVAS E CULTURAIS - INTERRUPÇÃO DA PÁSCOA E VERÃO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, ratificar o despacho exarado pela Senhora Presidente a 31/03/2017, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, no qual autoriza que se dê início aos procedimentos administrativos referentes à execução das atividades no âmbito do projeto "Alvaiázere Viva – férias Desportivas e Culturais", nos períodos de interrupção letivos da Páscoa e Verão de 2017. Mais deliberou, que os alunos inscritos devem de efetuar o pagamento do preço de custo correspondente às atividades que decorrem fora do Município, designadamente a visita ao Parque Biológico da Serra da Lousã, Centro de Ciência Viva de Constância, visita a Dornes ou outra vista que implique o pagamento de bilhete, não consubstanciando, assim, a aquisição destes bilhetes uma prestação de serviço no âmbito do preceituado no art.º 49.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

**(Aprovado por unanimidade)**

**NOMEAÇÃO DE COMISSÃO RESPONSÁVEL  
PELA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO  
ALVAÍZERE CAPITAL DO CHÍCHARO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Nomear a seguinte comissão, delegando nesta as competências inerentes ao cumprimento do preceituado no n.º 3 do artigo 3.º do Regulamento de Participação de Atividades Económicas no evento "Alvaiázere Capital do Chícharo":

- Célia Margarida Gomes Marques, Presidente da Câmara Municipal, que preside à Comissão;
- Sílvia Rodrigues Lopes;
- Francisco Agostinho Maria Gomes;
- Manuel Joaquim Pereira Lourenço;
- Sandrina Marques Pais Pedrosa.

**(Aprovado por maioria)**

**ATRIBUIÇÃO DE DONATIVO À ASSOCIAÇÃO  
PORTUGUESA AMIGOS DE RAOUL FOLLREAU**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1- Atribuir um apoio monetário no valor de 50,00€ (cinquenta euros), tendo por base a alínea o) e u) do n.º 1, artigo 33.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, para apoio esta causa, pela especificidade da situação em apreço, a qual possui cobertura orçamental na classificação 0102/040701 e GOP 01 001 2017/5006 e o número sequencial de cabimento 13377.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ALVA CANTO, ASSOCIAÇÃO DE CULTURA -  
"CANTAR ABRIL" - PEDIDO DE APOIO  
PONTUAL**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, nos termos do art.º 22.º da Secção IV, do Regulamento de Apoio ao Associativismo, atribuir um apoio no valor de €300,00 (trezentos euros), ao Alva Canto, Associação de Cultura, para a

atividade "Cantar Abril", que se realiza todos os anos, e concordar com a alteração da data para o dia 01 de maio. A despesa em apreço tem cobertura orçamental na classificação 0102/040701 e GOP 02 006 2017/5036 e o número sequencial de cabimento 13335.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ALTERAÇÃO DA DATA DA SEGUNDA  
REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DO MÊS DE ABRIL**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, alterar a reunião ordinária do Órgão Executivo, do próximo dia 19, para o dia 21 de abril do corrente ano, pelas 17:30 horas, devendo ser dada a competente publicidade à presente reunião.

**(Aprovado por unanimidade)**

**RATIFICAÇÃO DA COMPROPRIEDADE -  
ARTIGOS N.º 572, 574 E 576 DA  
FREGUESIA DE PUSSOS SÃO PEDRO**

A Câmara Municipal apreciou este pedido e, conforme preceituado na Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, deliberou, ratificar o despacho da Senhora Presidente da Câmara, Célia Marques, exarado a 30 de março de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, no qual autorizou a emissão da respetiva certidão a dar parecer favorável à constituição de compropriedade no prédio descrito na informação técnica supra transcrita.

**(Aprovado por unanimidade)**

**RATIFICAÇÃO DO DIREITO DE  
PREFERÊNCIA - ARTIGO N.º 1001 DA  
FREGUESIA DE PUSSOS SÃO PEDRO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, ratificar o despacho da Senhora

Presidente da Câmara, Célia Marques, exarado a 30 de março de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, no qual determinou abdicar do exercício do direito de preferência na transmissão do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo n.º 1001 da freguesia de Pussos São Pedro (n.º 727 da extinta freguesia de Pussos) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere no n.º 1942 da freguesia de Pussos.

**(Aprovado por unanimidade)**

**RATIFICAÇÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA  
- ARTIGO N.º 1227 DA FREGUESIA DE  
PUSSOS SÃO PEDRO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, ratificar o despacho da Senhora Presidente da Câmara, Célia Marques, exarado a 30 de março de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, no qual determinou abdicar do exercício do direito de preferência na transmissão do prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo n.º 1227 da atual freguesia de Pussos São Pedro (n.º 874 da extinta freguesia de Pussos) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere no n.º 2132 da freguesia de Pussos.

**(Aprovado por unanimidade)**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 24 DE ABRIL DE  
2017**

**PRESTAÇÃO CONTAS 2016**

A Câmara Municipal deliberou:

1. Aprovar todos os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal, relativos ao ano financeiro de 2016, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, os quais se encontram integral e

tecnicamente elaborados, designadamente: Relatório de Gestão e todos os documentos inerentes à Prestação de Contas 2016, compostos pelo Balanço, Demonstração de Resultados, Controlo Orçamental da Receita, Controlo Orçamental da Despesa, Fluxos de Caixa, Execução das Grandes Opções do Plano, Execução do Plano de Atividades Municipais, Execução do Plano Plurianual de Investimentos, Endividamento – outras Dívidas a Terceiros, Operações de Tesouraria, Contas de Ordem, síntese das reconciliações bancárias, mapa de empréstimos, situação dos contratos (contratação administrativa), transferências correntes, transferências de capital, subsídios e transferências concedidas, relação de funcionários em situação de acumulação de funções, relação dos funcionários que na gerência anterior receberam participação emolumentar e/ou custas de execução fiscais, mapa sínteses dos Bens Inventariados, caracterização da entidade, declaração de responsabilidade a que obriga a resolução n.º 44/2015, do Tribunal de Contas, publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 231, de 25 de novembro, informação relativa a sociedades comerciais participadas, demonstração do CMVMC, demonstração da variação da produção, demonstração de provisões acumuladas, relatório da Contabilidade Analítica, Norma de Controlo de Interno, Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, declarações da LCPA, e relatório anual de monitorização do PAEL;

2. Todos os aludidos documentos se dão por transcritos na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar de cada rubricados por todo o Executivo e disponíveis para consulta quando, para tal, forem solicitados.

3. Submeter os documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º o n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como remetê-los ao Tribunal de Contas, através da plataforma disponibilizada para o efeito pelo Tribunal,

para efeitos de fiscalização, nos termos dos artigos 50.º e seguintes da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

**(Aprovado por maioria)**

#### **RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento do parecer e do documento de "Certificação Legal de Contas" do Município, relativo ao ano de 2016, e deliberou levar o documento à apreciação da Digníssima Assembleia Municipal.

**(Aprovado por unanimidade)**

#### **PRIMEIRA REVISÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Propor à Assembleia Municipal:

- a) A aprovação do modelo de estrutura orgânica hierarquizada, constituída por uma estrutura orgânica flexível;
- b) A aprovação da estrutura dos serviços, definindo como correspondentes unidades orgânicas a Unidade Orgânica Administrativa e Financeira e a Unidade Orgânica de Obras Municipais e Urbanismo;
- c) Definir como número máximo de unidades orgânicas flexíveis cinco;
- d) Definir como número máximo total de subunidades orgânicas dois;

2. Aprovar a proposta de Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, anexa à presente proposta, com as seguintes alterações à estrutura orgânica do Município de Alvaiázere atualmente em vigor:

- a) A Criação / manutenção de duas Unidades Orgânicas Flexíveis de 2º grau, muito concretamente:
  - Unidade Orgânica Administrativa e Financeira;
  - Unidade Orgânica Obras Municipais e Urbanismo;

b) A alteração da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, subtraindo-lhe as competências que passarão a estar confiadas ao Gabinete de Desenvolvimento Social e Cultural e ao Gabinete de Planeamento Estratégico e Comunicação, mantendo, porém, Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, a mesma designação e grau;

c) A Criação do Gabinete de Desenvolvimento Social e Cultural;

d) A Criação dos Serviços de Gestão Financeira e dos Serviços de Gestão Urbanística, integrados, respetivamente, na Unidade Orgânica Administrativa e Financeira e na Unidade Orgânica Obras Municipais e Urbanismo;

e) A Criação do serviço Tecnologias da Informação, integrado na Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, no lugar do serviço de Informática e Comunicações;

f) A Criação do Gabinete de Planeamento Estratégico e Comunicação, por fusão do Gabinete de relações públicas, imagem e assessoria de imprensa com o serviço de Planeamento e Dinamização da Atividade Económica;

g) A Criação do Gabinete de Contratação Pública, Assessoria e Auditoria, no lugar do Gabinete de Consultadoria, Auditoria e Controlo de Gestão;

h) A Criação, na Unidade Orgânica Obras Municipais e Urbanismo, do serviço de Planeamento e Ordenamento do Território, no lugar do serviço de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente; dos serviços de ambiente, serviços urbanos e qualidade, no lugar do serviço de Qualidade e Segurança, do serviço de ambiente, de águas e saneamento e limpeza urbana e recolha de resíduos; e do serviço de Gestão Urbanística, no lugar do serviço de Obras Municipais, Urbanismo e Edificação, do parque de máquinas e viaturas e da manutenção urbana;

i) A Criação / manutenção de duas subunidades orgânicas, com o nível de secção, designadas Subunidade Orgânica de Apoio ao Município e Tesouraria e Subunidade Orgânica de Recursos Humanos e Expediente, integradas na

Unidade Orgânica Administrativa e Financeira;

3. A publicação em Diário da República do novo regulamento dos serviços municipais, nos termos do n.º 6, do artigo 10º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10.

**(Aprovado por unanimidade)**

#### **REVISÃO AO ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA 2017**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Aprovar a segunda Revisão Orçamental, a qual contempla a integração do saldo de gerência no valor de 679.168,71€ o que origina uma alteração no valor do Orçamento de 621.118,71€, uma vez que se procedeu a reforços e diminuições tanto em rubricas da receita como da despesa, tendo sido aplicado o valor de 58.050€ na redução da dotação da rubrica da receita 090302;

2. Submeter a presente revisão orçamental à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, na sua próxima Sessão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, conjugado com o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Nos termos previstos nas disposições conjugadas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a presente revisão ao Mapa de Pessoal, vertido no relatório e mapas que acompanham esta proposta;

2. Nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na redação vigente, e face à revisão ao Orçamento e Mapa de Pessoal para 2017, aprovar que do total previsto para despesas de pessoal no valor de

€1.751.301,00 deve ser feita a seguinte afetação:

a) A reafetação do valor de €156.482,72 para remunerações (incluindo encargos), como montante máximo, para recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal a aprovar;

b) A não afetação de verbas para alteração do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantiverem em exercício de funções, por se encontrar vedado, de acordo com o n.º 1 e alíneas a) e c) 2.º do artigo 38.º da Lei 82-B/2014, aplicável por força do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE/2017);

c) A não afetação de verba para prémios de desempenho, por se encontrar vedado, de acordo com o n.º 1 e alínea b) 2.º do artigo 38.º da Lei 82-B/2014, aplicável por força do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE/2017);

3. Nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do referido Decreto-Lei n.º 209/2009, tornar público a deliberação tomada, através de afixação nos Paços do Município e de publicitação no site municipal.

**(Aprovado por maioria)**

#### **ALTERAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO DA RUA NOSSA SENHORA DA PIEDADE NA FREGUESIA DE ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, a alteração de sinalização de trânsito da Rua Nossa Senhora da Piedade na Freguesia de Alvaiázere.

**(Aprovado por unanimidade)**

#### **APROVAÇÃO DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE E A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO CAMINHO DE SANTIAGO - INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE ENQUANTO MEMBRO FUNDADOR**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, ao abrigo da alínea t) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a minuta do Protocolo de Cooperação para a criação da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, conferindo-me poderes de representação e outorga no mesmo documento.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ALTERAÇÃO À TABELA DE PREÇOS DO  
MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE - SERVIÇO DE  
SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, ao abrigo da alínea e) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro e o n.º 2 do art.º 2.º do regulamento de preços do Município de Alvaiázere, publicado na 2.ª série do diário da república n.º 137, de 19 de julho, sob o aviso n.º 8949/2016, na redação que lhe foi pela publicação na 2.ª série do diário da república n.º 230, de 30 de novembro, pelo aviso n.º 15071/2016, deliberou:

1. Aprovar a proposta de alteração dos preços do serviço de saneamento e de águas residuais do Município de Alvaiázere, conforme tabela apresentada, concordando com os fundamentos apresentados e com a fundamentação económico-financeira apresentada;
2. Definir a data de 01 de junho do corrente ano, como a data de entrada em vigor da presente alteração, nos termos do disposto no art.º 57.º do regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Alvaiázere, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 155, de 12 de agosto, aviso n.º 10003/2016, devendo, para o efeito, ser efetuada a competente publicitação, através de edital disponibilizado nos locais de afixação habitualmente utilizados pelo município, nos serviços de atendimento do

Município de Alvaiázere e ainda no respetivo sítio na internet;

3. Mandar comunicar à ERSAR a presente alteração de tarifário.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ALTERAÇÕES AO PROTOCOLO DE  
COLABORAÇÃO PARA A INSTALAÇÃO E  
GESTÃO DA LOJA DO CIDADÃO DE  
ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Revogar a aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração para a Instalação e Gestão da Loja do Cidadão de Alvaiázere, deliberação tomada na reunião do órgão executivo do dia 20 de fevereiro de 2017;
2. Aprovar a nova minuta do Protocolo de Colaboração para a Instalação e Gestão da Loja do Cidadão de Alvaiázere;
3. Delegar poderes de representação à Sra. Presidente da Câmara Municipal, para outorga do referido protocolo.

**(Aprovado por maioria)**

**PEDIDO DE APOIO PARA PAGAMENTO DE  
SESSÕES DE HIDROTERAPIA**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, ao abrigo da alínea g) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da mesma lei deliberou:

1. Atribuir o apoio para o pagamento das sessões de hidroterapia, a realizar na Piscina Municipal de Ansião, ao menino Gonçalo Medeiros Simões, no valor de 900€, que deverá onerar a classificação económica 0102/04080202 e GOP 02/010/2017/5043 e que possui cabimento com o n.º sequencial 13264;
2. Transferir para a mãe do Gonçalo o valor relativo aos meses transatos já pagos por esta;

3. O pagamento das mensalidades, a partir do mês de maio, inclusive, deve ser feito na Câmara Municipal de Ansião.

**(Aprovado por unanimidade)**

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE  
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO  
DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO  
PÚBLICO DE TRANSPORTE DE  
PASSAGEIROS**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, nos termos do disposto no art.º 128.º e seguintes da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou:

1. Aprovar a delegação das seguintes competências do Município de Alvaiázere na CIMRL, que respeitam apenas aos poderes do município delegante enquanto autoridade de transporte municipal, entendido este como o serviço público de transporte de passageiros que visa satisfazer as necessidades de deslocação dentro de um município e que se desenvolve integralmente dentro da respetiva área geográfica, mesmo que existam linhas secundárias e complementares ou outros elementos acessórios dessa atividade que entrem no território de municípios imediatamente contíguos, abrangendo os serviços de transporte locais e urbanos previstos na Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, aprovada pela Lei n.º 10/90, de 17 de março:

a) A competência prevista no n.º 1, do artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (diploma preambular), para autorizar a manutenção de alvarás/licenças para a exploração do serviço público de transportes de passageiros por modo rodoviário atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transporte em Automóvel, e em regime de exploração provisória;

b) A competência prevista no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (diploma preambular) para atribuir a título excecional aos detentores dos títulos previstos na alínea anterior, apenas nos

casos em que a licença/alvará provisória vigente a isso obrigar de forma irrevogável, o direito exclusivo nas linhas licenciadas, ponderadas as razões e interesses públicos;

c) A competência, prevista no n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (diploma preambular), para definir os termos da prestação de informação atualizada e detalhada sobre a exploração do serviço público;

d) A competência, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 2, da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (diploma preambular), para cancelar o serviço público de transporte de passageiros por violação da obrigação de prestação de informação prevista no n.º 2 do artigo 22.º do RJSPTP, por parte dos detentores dos títulos para a exploração do serviço público de transportes de passageiros por modo rodoviário atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transporte em Automóvel, em regime de exploração provisória;

e) A competência prevista no n.º 5 do artigo 22.º do RJSPTP para validar os dados registados pelos operadores de serviço público detentores de títulos de concessão para a exploração do serviço público de transportes de passageiros por modo rodoviário atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transporte em Automóvel, em regime de exploração provisória;

f) A competência prevista no n.º 6 do artigo 22.º do RJSPTP para verificar o cumprimento, pelos operadores de serviço público detentores de títulos para a exploração do serviço público de transportes de passageiros por modo rodoviário atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transporte em Automóvel, em regime de exploração provisória, do disposto no mesmo artigo 22.º;

g) A competência, prevista no n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (diploma preambular) para, durante o prazo de vigência da autorização, para exploração provisória, aprovar o ajustamento das respetivas condições de exploração em função da procura, de modo a garantir a eficiência e a sustentabilidade da mesma;

h) As competências materiais necessárias ao exercício dos poderes delegados ao abrigo das alíneas anteriores;

2. Aprovar a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, em anexo, e submeter a celebração do referido contrato à autorização do órgão deliberativo, de acordo com a alínea k) do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

3. Conferir poderes de representação e outorga à Sra. Presidente da Câmara Municipal, após autorização da Assembleia Municipal.

**(Aprovado por unanimidade)**

#### **ATRIBUIÇÃO DE DONATIVO À UNICEF**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a atribuição de um donativo ao Comité Português da UNICEF, no montante de €50,00, devendo ser efetuado competente cabimento pelo serviço de gestão financeira, que deverá onerar a GOP 02/006/2017/5036 e a classificação económica 0102/040701.

**(Aprovado por unanimidade)**

#### **APROVAÇÃO DE NORMAS E REGULAMENTOS, NO ÂMBITO DO EVENTO "ALVAIÁZERE CAPITAL DO CHÍCHARO"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Aprovar as normas das atividades do evento "Alvaiázere Capital do Chícharo", designadamente:

Normas de participação no XII Passeio Turístico de Clássicos;

Normas de participação no Trail do Chícharo;

Normas de participação na Bênção dos Cavalos e Cavaleiros e XXIX Passeio Equestre de Alvaiázere;

Normas de participação nos passeios de burros e pôneis;

Normas do Passeio de Charrete;

Normas de participação no Strong Chícharo;

Normas do Torneio de Futsal Interempresas/Associações;

Normas do Passeio de Motas;

Normas do Passeio de Tratores;

2. Aprovar os preços que constam dos respetivos regulamentos supra identificados e enumerados, ao abrigo da alínea e) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro e o n.º 2 do art.º 2.º do regulamento de preços do Município de Alvaiázere, publicado na 2.ª série do diário da república n.º 137, de 19 de julho, sob o aviso n.º 8949/2016, na redação que lhe foi pela publicação na 2.ª série do diário da república n.º 230, de 30 de novembro, pelo aviso n.º 15071/2016;

3. Aprovar a realização do XII Passeio Turístico de Clássicos no dia 4 de junho, portanto, antes do início do evento "Alvaiázere Capital do Chícharo", aprovando as respetivas normas em anexo;

4. Delegar na Sra. Presidente da Câmara Municipal as competências atribuídas à Câmara Municipal pelo Regulamento de Participação de Atividades Económicas no evento "Alvaiázere Capital do Chícharo", nos termos do n.º 1 do artigo 21.º do citado regulamento.

**(Aprovado por maioria)**

#### **PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE ESPÓLIO DO DR. JOÃO SEIXAS**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, ao abrigo das alíneas t) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deliberou:

1. Aprovar a minuta do protocolo em anexo, concordando e aceitando integralmente o seu teor e conferindo poderes de representação e outorga à Sra. Presidente da Câmara Municipal.

**(Aprovado por unanimidade)**



**APOIO SOCIAL ESCOLAR - ANO LETIVO  
2016/ 2017 - PROLONGAMENTO DE  
HORÁRIO DE JULHO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, tendo por base a legislação supra referenciada e identificada, deliberou:

- a) Garantir o serviço de Animação e Apoio à Família entre os dias 03 e 31 de julho (4 semanas completas e um dia);
- b) Não cobrar o valor da comparticipação familiar do dia 31 de julho, tendo em conta que se trata somente de um dia;
- c) Assegurar o fornecimento de refeições, conforme previsto no Concurso para adjudicação do serviço de fornecimento de refeições escolares;
- d) Assegurar os transportes durante esse período, conforme previsto no Concurso para adjudicação do serviço de transportes escolares;
- e) Dar plenos poderes à Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, Dra. Sílvia Lopes, para validar a inscrição das crianças neste serviço e para articular com o operador os necessários serviços de transportes e fornecimento de refeições.

**(Aprovado por unanimidade)**

**REQUER EMISSÃO DE CERTIDÃO PARA  
CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE DE  
TRÊS ARTIGOS RÚSTICOS INSCRITOS NA  
MATRIZ PREDIAL SOB OS N.ºS 6047, 6049  
E 5951 DA FREGUESIA DE PUSSOS SÃO  
PEDRO**

A Câmara Municipal apreciou este pedido e, conforme preceituado na Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, deliberou, dar parecer favorável à constituição de compropriedade nos prédios acima descritos na informação técnica supra transcrita, devendo, para o efeito, emitir-se a respetiva certidão.

**(Aprovado por unanimidade)**

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE  
UTILIZAÇÃO DA CASA MUNICIPAL DA  
CULTURA PELA ETP SICÓ - POLO DE  
ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, nos termos do n.º 6 do art.º 7.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais, deliberou, isentar a ETP Sicó – Polo de Alvaiázere, do pagamento das taxas devidas pela utilização da Casa Municipal da Cultura, no valor total de 74,52€ (setenta e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos), considerando este Órgão Executivo é de especial importância para a prossecução da atividade do requerente e, consequentemente, de interesse público municipal, sendo que o pagamento deste valor provoca prejuízo especial para o desenvolvimento da atividade subjacente ao ato.

**(Aprovado por unanimidade)**

**MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO  
DO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA  
LOCAL (PAEL) - INFORMAÇÃO REFERENTE  
AO 4.º TRIMESTRE DE 2016**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a informação e o relatório do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) - Informação Trimestral – 4.º trimestre/2016, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, os quais serão presentes à apreciação da Assembleia Municipal.

**(Aprovado por maioria)**

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE  
UTILIZAÇÃO DA CASA MUNICIPAL DA  
CULTURA PELO ALVA CANTO -  
ASSOCIAÇÃO DE CULTURA**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, nos termos do n.º 6 do art.º 7.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais, deliberou, isentar o Alva Canto Associação de Cultura, do pagamento das taxas

devidas pela utilização da Casa Municipal da Cultura, no valor total de 198,72€ (cento e noventa e oito euros e setenta e dois cêntimos), considerando este Órgão Executivo é de especial importância para a prossecução da atividade do requerente e, consequentemente, de interesse público municipal, sendo que o pagamento deste valor provoca prejuízo especial para o desenvolvimento da atividade subjacente ao ato.

**(Aprovado por unanimidade)**

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE  
UTILIZAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL PELA  
ACRA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E  
RECREATIVA DE ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, nos termos do n.º 6 do art.º 7.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais, deliberou, ratificar o despacho exarado pela Senhora Presidente ao abrigo do disposto no n.º 3 do ar.º 35.º do RJAL e isentar o ACRA (Associação Cultural e Recreativa de Alvaiázere), do pagamento das taxas devidas pela utilização do Museu Municipal, relativo ao dia 15 de abril e isentar do pagamento de taxas pela utilização do mesmo auditório no próximo dia 26 de maio, representando um montante total de 46,89€ (quarenta e seis euros e oitenta e nove cêntimos), considerando este Órgão Executivo é de especial importância para a prossecução da atividade do requerente e, consequentemente, de interesse público municipal, sendo que o pagamento deste valor provoca prejuízo especial para o desenvolvimento da atividade subjacente ao ato.

**(Aprovado por unanimidade)**

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE  
UTILIZAÇÃO DA CASA MUNICIPAL DA  
CULTURA PELO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS  
DE ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, nos termos do n.º 6 do art.º 7.º do

Regulamento Geral de Taxas Municipais, deliberou, isentar o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere, do pagamento das taxas devidas pela utilização da Casa Municipal da Cultura, no valor total de 99,36€ (noventa e nove euros e trinta e seis cêntimos), considerando este Órgão Executivo é de especial importância para a prossecução da atividade do requerente e, consequentemente, de interesse público municipal, sendo que o pagamento deste valor provoca prejuízo especial para o desenvolvimento da atividade subjacente ao ato.

**(Aprovado por unanimidade)**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE  
2017**

**MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO  
DO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA  
LOCAL (PAEL) – INFORMAÇÃO REFERENTE  
AO 4.º TRIMESTRE DE 2016**

Para cumprimento do preceituado na alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, diploma que criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), com o objetivo da regularização do pagamento das dívidas dos municípios a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias, foi presente a Informação referente à monitorização e acompanhamento do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), a qual foi aprovada por unanimidade.

**PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016**

Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal, relativos ao ano financeiro de 2016, nos termos do disposto

na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, os quais se encontram integral e tecnicamente elaborados, designadamente: Relatório de Gestão e todos os documentos inerentes à Prestação de Contas 2016, compostos pelo Balanço, Demonstração de Resultados, Controlo Orçamental da Receita, Controlo Orçamental da Despesa, Fluxos de Caixa, Execução das Grandes Opções do Plano, Execução do Plano de Atividades Municipais, Execução do Plano Plurianual de Investimentos, Endividamento – outras Dívidas a Terceiros, Operações de Tesouraria, Contas de Ordem, síntese das reconciliações bancárias, mapa de empréstimos, situação dos contratos (contratação administrativa), transferências correntes, transferências de capital, subsídios e transferências concedidas, relação de funcionários em situação de acumulação de funções, relação dos funcionários que na gerência anterior receberam participação emolumentar e/ou custas de execução fiscais, mapa sínteses dos Bens Inventariados, caracterização da entidade, declaração de responsabilidade a que obriga a resolução n.º 44/2015, do Tribunal de Contas, publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 231, de 25 de novembro, informação relativa a sociedades comerciais participadas, demonstração do CMVMC, demonstração da variação da produção, demonstração de provisões acumuladas, relatório da Contabilidade Analítica, Norma de Controlo de Interno, Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, declarações da LCPA, e relatório anual de monitorização do PAEL; (Podem ser consultados os documentos no site do Município)

#### **RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO**

Em cumprimento do disposto no art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, A Assembleia Municipal

tomou conhecimento do relatório e parecer do Auditor Externo.

#### **REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS**

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10, conjugado com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, ambas na sua atual redação, o Regulamento de Organização dos Serviços foi aprovado por maioria com duas abstenções dos Senhores Deputados Acílio Godinho e António Gonçalves.

#### **REVISÃO AO ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL PARA 2017**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, conjugado com o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, foi aprovada por maioria com a abstenção dos Senhores Deputados Acílio Godinho e António Gonçalves, segunda Revisão Orçamental, a qual contempla a integração do saldo de gerência no valor de 679.168,71€ o que origina uma alteração no valor do Orçamento de 621.118,71€, uma vez que se procedeu a reforços e diminuições tanto em rubricas da receita como da despesa, tendo sido aplicado o valor de 58.050€ na redução da dotação da rubrica da receita 090302. Nos termos previstos nas disposições conjugadas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro foi aprovado por maioria com a abstenção dos Senhores Deputados Acílio Godinho e António Gonçalves, a revisão ao Mapa de Pessoal. (Revisão ao Mapa de pessoal pode ser consultado no site do Município).

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE  
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO  
DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO  
DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS**

Nos termos da alínea k) do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado por unanimidade, a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências no âmbito da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho.

## **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (LEI 52/2015 DE 9 DE JUNHO) – PROPOSTA DE MINUTA**

Considerando que:

- A. A Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), estabelecendo o regime aplicável ao planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação;
- B. Nos termos do RJSPTP, os municípios são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros de âmbito municipal;
- C. A Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria - CIMRL é a autoridade de transportes competente quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que se desenvolvam, integral ou maioritariamente, na sua respetiva área geográfica;
- D. Os municípios podem delegar nas Comunidades Intermunicipais, através da celebração de contratos interadministrativos, as respetivas competências em matéria de serviço públicos de transporte de passageiros, de acordo com o previsto no RJSPTP, e na Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro;
- E. Os contratos interadministrativos têm por objeto a identificação das condições em concreto que asseguram o efetivo exercício das atribuições e competências partilhadas ou delegadas;
- F. As Partes consideram que através da celebração de um contrato interadministrativo, na área do serviço público de transporte de passageiros, se promoverá uma maior eficiência e gestão sustentável do serviço público de transporte de passageiros, bem como a universalidade do acesso e a qualidade dos serviços, a coesão económica, social e territorial, o desenvolvimento equilibrado do setor dos transportes e a articulação intermodal;
- G. Importa assegurar a continuidade e evitar roturas na prestação do serviço público de transporte de passageiros às populações, sem prejuízo da necessidade de se procurar continuamente promover uma maior eficiência da sua gestão e exploração;

- H. A indefinição existente sobre os modelos de financiamento do sistema de transportes não aconselha, por ora, que os municípios e a CIMRL enveredem já por um figurino definitivo de gestão do sistema, sem prejuízo de, no imediato, se proceder à efetiva assunção das responsabilidades e das competências necessárias à gestão de alguns segmentos do sistema, por agora, com natureza transitória;
- I. Na impossibilidade de serem elaborados os Estudos a que se refere o n.º 2 do artigo 122.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por ausência de dados que o permitam, as Partes declaram quanto aos requisitos enunciados nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º do supracitado diploma, que:
- i. O não aumento da despesa pública global está assegurado por via das transferências orçamentais do Estado para a CIMRL, em cumprimento do estatuído no artigo 4.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (diploma preambular) e pelas que se vierem a concretizar por força dos Orçamentos de Estado a vigorar durante a vigência do presente Contrato;
  - ii. O aumento da eficiência da gestão dos recursos pela CIMRL está assegurado por via da utilização concertada dos recursos que são disponibilizados pelo Estado, gerando um ganho de escala e a correspondente poupança;
  - iii. O ganho de eficácia do exercício das competências pelos órgãos da CIMRL e respetivos serviços está assegurado por via da necessária visão sistémica e global do sistema de transportes e da correlativa mobilidade metropolitana e que permite uma análise partilhada entre os diversos operadores, bem como entre os representantes autárquicos das populações utentes do sistema;
  - iv. O cumprimento dos objetivos referidos no artigo 112.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis) está subjacente ao objeto e aos objetivos do presente Contrato, na medida em que só uma visão integrada de âmbito territorial supramunicipal permite garantir a sua prossecução;
  - v. A articulação entre os diversos níveis da administração pública local (municípios e CIMRL) está assegurada não só pelos próprios mecanismos contratuais infra previstos, como pelo facto de os

Municípios estarem representados ao nível do Conselho Intermunicipal.

Entre

1º MUNICIPIO DE \_\_\_\_, com Sede \_\_\_\_, pessoa coletiva \_\_\_\_, aqui representado por \_\_\_\_, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de\_\_\_\_\_, com poderes para o ato, e em execução da deliberação da Câmara Municipal de \_\_\_\_\_ e da deliberação da Assembleia Municipal de \_\_\_\_, adiante designado por Município;

E

2º-Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria - CIMRL, pessoa coletiva nº 508035546, com sede no Edifício Maringá, nº221, 2º andar, 2410-124 Leiria, representada pelo seu Presidente Raul Miguel de Castro, na qualidade de Presidente do Conselho Intermunicipal com poderes para o ato, e em execução da deliberação do Conselho Intermunicipal da CIMRL datada de \_\_\_\_\_ adiante designada por CIMRL;

É celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato interadministrativo, adiante designado como Contrato, que se rege pelas cláusulas seguintes:

## **Capítulo I - Disposições Gerais**

### **Cláusula Primeira - Natureza do Contrato**

O presente Contrato tem a natureza de contrato interadministrativo de delegação de competências e é outorgado nos termos previstos nos artigos 6.º, n.º 2 e 10.º do RJSPTP, conjugado com o disposto nos artigos 116.º a 123.º e 128.º a 130.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, aprovou o estatuto das entidades intermunicipais, estabeleceu o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprovou o regime jurídico do associativismo autárquico.

### **Cláusula Segunda - Objeto do Contrato**

1. O presente Contrato tem por objeto a delegação das seguintes competências do Município de \_\_\_\_\_ na CIMRL:

- a) A competência prevista no n.º 1, do artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (diploma preambular), para autorizar a manutenção de alvarás/licenças para a exploração do serviço público de transportes de passageiros por modo rodoviário atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transporte em Automóvel, e em regime de exploração provisória;
- b) A competência prevista no n.º 2 do artigo 10.º da Lei nº 52/2015, de 9 de junho (diploma preambular) para atribuir a título excecional aos detentores dos títulos previstos na alínea anterior, apenas nos casos em que a licença/alvará provisória vigente a isso obrigar de forma irrevogável, o direito exclusivo nas linhas licenciadas, ponderadas as razões e interesses públicos;
- c) A competência, prevista no n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (diploma preambular), para definir os termos da prestação de informação atualizada e detalhada sobre a exploração do serviço público;
- d) A competência, prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 2, da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (diploma preambular), para cancelar o serviço público de transporte de passageiros por violação da obrigação de prestação de informação prevista no n.º 2 do artigo 22.º do RJSPTP, por parte dos detentores dos títulos para a exploração do serviço público de transportes de passageiros por modo rodoviário atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transporte em Automóvel, em regime de exploração provisória;
- e) A competência prevista no n.º 5 do artigo 22.º do RJSPTP para validar os dados registados pelos operadores de serviço público detentores de títulos de concessão para a exploração do serviço público de transportes de passageiros por modo rodoviário atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transporte em Automóvel, em regime de exploração provisória;
- f) A competência prevista no n.º 6 do artigo 22.º do RJSPTP para verificar o cumprimento, pelos operadores de serviço público detentores de títulos para a exploração do serviço público de transportes de passageiros por modo rodoviário atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transporte em Automóvel, em regime de exploração provisória, do disposto no mesmo artigo 22.º;
- g) A competência, prevista no n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (diploma preambular) para, durante o prazo de vigência da autorização, para exploração provisória, aprovar o ajustamento das respetivas condições de exploração em função da procura, de modo a garantir a eficiência e a sustentabilidade da mesma;



- h) As competências materiais necessárias ao exercício dos poderes delegados ao abrigo das alíneas anteriores.
2. As competências previstas no número anterior respeitam apenas aos poderes do município delegante enquanto autoridade de transportes municipais relativamente ao serviço público de transporte de passageiros municipal, entendido este como o serviço público de transporte de passageiros que visa satisfazer as necessidades de deslocação dentro de um município e que se desenvolve integralmente dentro da respetiva área geográfica, mesmo que existam linhas secundárias e complementares ou outros elementos acessórios dessa atividade que entrem no território de municípios imediatamente contíguos, abrangendo os serviços de transporte locais e urbanos previstos na Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, aprovada pela Lei n.º 10/90, de 17 de março.

### **Cláusula Terceira - Objetivos para o exercício das competências delegadas**

1. O objetivo do exercício das competências delegadas ao abrigo do presente Contrato visa a aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade intermunicipal, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos modos, meios e dos recursos disponíveis, mediante uma gestão eficiente, eficaz, sustentável e socialmente útil das diversas linhas de serviço público de transporte de passageiros que servem os utentes no território da região de Leiria, com garantia de universalidade e qualidade do serviço público, através da articulação intermodal e interterritorial.
2. No exercício das competências delegadas, a CIMRL, fazendo uso da possibilidade de autorizar ou não a manutenção dos títulos de licença para a exploração do serviço público de transportes de passageiros por modo rodoviário atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transporte em Automóvel, em regime de exploração provisória, deverá assegurar a não redução do nível dos serviços públicos de transportes de passageiros, regular, complementar ou de substituição, bem como do serviço intermunicipal, não descendo dos níveis mínimos referidos no artigo 14º do RJSTP, publicado com a Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, bem como assegurar a manutenção proporcional dos custos imputados aos utentes pelo sistema de bilhética.
3. Os serviços públicos de transporte de passageiros, regular, complementar, de substituição, ou intermunicipal, são entendidos de acordo com as alíneas n), t),

v), e w) do artigo 3º, do RJSPTP, ou seja, serviços públicos de transporte de passageiros explorados segundo itinerários, frequências, horários e tarifas predeterminados, no âmbito do qual podem ser tomados e largados passageiros em paragens previamente estabelecidas.

### **Cláusula Quarta-Diplomas habilitantes**

O presente Contrato é celebrado ao abrigo do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (que aprovou o RJSPTP), na alínea k) do n.º 1do artigo 25.º, na alínea i) do n.º 1do artigo 71.º e no artigo 128.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, aprovou o estatuto das entidades intermunicipais, estabeleceu o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprovou o regime jurídico do associativismo autárquico) do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23.10.2007, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 27 de fevereiro e do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

## **Capítulo II - Execução do Contrato**

### **Cláusula Quinta - Exercício das competências delegadas**

1. No exercício das competências delegadas, a CIMRL, previamente à prática dos atos administrativos que se revelem necessários, em particular aqueles que digam respeito à validação, autorização de manutenção, criação, alteração ou extinção de linhas de serviço público rodoviário, consultará o Município delegante sobre o sentido e o conteúdo dos atos a praticar, o que terá um carácter vinculativo no caso da consulta prévia se referir a linhas municipais.
2. A iniciativa de validação, manutenção, criação, alteração ou extinção de linhas de serviço público rodoviário, pode ser iniciada pelo Município ou pela CIMRL.
3. No exercício das suas competências próprias a CIMRL consultará os Municípios acerca das opções e decisões administrativas a tomar no que diz respeito a outras linhas/carreiras que não estritamente municipais.
4. Os municípios, quando consultados em relação às linhas/carreiras de índole municipal e intermunicipal terão em consideração na emissão do seu parecer a eficiência funcional multimodal e o equilíbrio económico-financeiro do sistema intermunicipal como um todo, e, em particular, no que repercute nos tarifários e nas compensações financeiras relacionadas com os títulos de transporte intermodais.

5. Nos municípios que, enquanto autoridades de transportes, detenham um operador interno rodoviário a atuar no âmbito territorial concelhio, com o qual deverá o município ter um contrato de serviço público, o presente Contrato interadministrativo destina-se a assegurar a articulação da rede municipal desenvolvida pelo supracitado operador interno com as linhas intermunicipais rodoviárias eventualmente existentes, bem como com ligações de cariz intermunicipal através dos modos ferroviário e fluvial, acessíveis através de interfaces multimodais situados no território municipal.
6. Caso vigorem contratos interadministrativos, superiormente validados pela entidade competente (IMT), que respeitem a dois ou mais municípios, com vista à possibilidade de que um operador interno exerça a sua atividade num âmbito intermunicipal, o exercício, pela CIMRL, das competências delegadas, terá cariz semelhante ao registado no número anterior.
7. A CIMRL prestará aos municípios delegantes informação semestral sobre o exercício das competências delegadas.

### **Cláusula Sexta - Não aumento da despesa pública**

O cumprimento do desiderato de não aumento da despesa pública acha-se assegurado por via das transferências orçamentais do Estado para a CIMRL, em cumprimento do estatuído no artigo 4.2 da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (diploma preambular).

### **Cláusula Sétima - Interlocutores**

1. Para facilitar o processo decisório no âmbito do exercício das competências delegadas, e sem prejuízo do cumprimento dos formalismos comunicacionais entre a entidade delegante e a entidade delegada, os Outorgantes designam como seus interlocutores:
  - a) Município de \_\_\_\_\_
  - b) Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria - \_\_\_\_\_
2. No exercício das suas funções, cada um dos interlocutores supra identificados, deverá privilegiar a celeridade dos processos decisórios, como forma de garantir a sua maior eficácia.

## **Cláusula Oitava - Poderes do Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P.**

O presente Contrato, com características de contrato Interadministrativo, será remetido ao Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P. para verificação da sua conformidade legal e para publicitação no sítio da Internet desta entidade.

## **Capítulo III - Disposições finais**

### **Cláusula Nona - Vigência do Contrato**

1. O presente Contrato entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicitação no sítio da internet do Instituto da Mobilidade e Transporte, I.P, nos termos previstos no n.º 8 do art.º 10.º do Regime Jurídico do Sistema Público de Transporte de Passageiros, e vigora até ao termo do atual mandato do órgão deliberativo do município.
2. O presente Contrato considera-se renovado nos termos do n.º 2 do artº 129º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, podendo os outorgantes promover a sua denúncia, no prazo de seis meses após a instalação do órgão deliberativo do município.

### **Cláusula Décima - Cessação do Contrato**

1. O presente Contrato cessa por caducidade, revogação ou resolução.
2. A caducidade do Contrato opera pelo decurso do respetivo período de vigência.
3. A revogação do Contrato pode operar-se por mútuo acordo.
4. A resolução do Contrato pode ser declarada por qualquer das Partes, por incumprimento da contraparte, por razões de relevante interesse público ou sempre que a sua execução se revele inapropriada ao cumprimento dos pressupostos que lhe estão subjacentes.
5. A cessação do presente Contrato não pode ser causa de quebra ou descontinuidade na prestação do serviço público de transporte de passageiros.

### **Cláusula Décima Primeira Suspensão do Contrato**

Por acordo entre a entidade delegante e a entidade delegada, pode o presente Contrato ser suspenso por período a fixar.

### **Cláusula Décima Segunda Comunicações**

1. As comunicações entre a entidade delegante e a entidade delegada serão feitas para os seguintes endereços:

a) Município de \_\_\_\_\_

Morada:

Telefone \_\_\_\_\_ Interlocutor

E-Mail:

Interlocutora

Telemóvel n.º

E-Mail:

b) Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

Morada:

Telefone:

E-Mail:

2. Quaisquer alterações aos endereços supra identificados, deverão ser previamente comunicadas à outra Parte.

Leiria,

Pelo Município de Câmara Municipal \_\_\_\_\_

Pela CIMRL

( )

(PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL)

( )

(PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNICIPAL)

## Protocolo de cooperação para a criação da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago

Os caminhos de Santiago são trilhos percorridos pelos peregrinos que afluem a Santiago de Compostela, desde o Séc. IX, tendo recuperado, recentemente, grande protagonismo, constituindo assim, um itinerário espiritual e cultural de primeira ordem.

O Caminho que constituiu o primeiro itinerário cultural europeu, assumindo um papel primordial na dinamização da história e cultura da Península Ibérica, tornou-se muito popular nos últimos anos devido a vários fatores: as autoridades espanholas e as juntas locais trabalham para atrair peregrinos, publicitando o caminho e melhorando as infraestruturas para os receber, já que são estes "turistas" que mantêm vivas muitas das aldeias ao longo da rota. Outra das razões prende-se com o surgimento de cada vez mais associações que promovem peregrinações em grupo, existindo também uma mudança de mentalidade que promove a ligação com a natureza e publicita esse tipo de rotas.

Existem vários Caminhos que percorrem toda a Europa e que desembocam em Santiago de Compostela, em Portugal, existem alguns troços bem identificados na literatura.

Se é verdade que alguns desses troços já se encontram bem demarcados e com vários albergues e estruturas de apoio aos peregrinos, outros há que ainda se encontram desprovidos de qualquer marcação ou divulgação, apesar de já serem procurados por peregrinos.

O principal objetivo visa, revitalizar, promover, estudar e dinamizar as variantes do Caminho Português de Santiago, como importantes vias de peregrinação a Santiago de Compostela, recuperando, preservando e promovendo também o património histórico-cultural e religioso associado ao caminho, a interculturalidade dos povos e impulsionando o desenvolvimento económico, social e ambiental das regiões atravessadas.

Objetiva-se também, seguir as principais diretrizes do Planeamento Estratégico Nacional de Turismo, complementando a oferta da região, simultaneamente em vários setores, considerados pelo PENT como produtos estratégicos: Turismo Religioso, Turismo de Natureza e *Touring* cultural e paisagístico.

Assim, entre:

Os Municípios de .....

As Associações.....

Federação Europeia dos Caminhos de Santiago

(outras entidades, Turismo, Cultura, CCDR, Religião....)

# Protocolo de cooperação para a criação da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago

É celebrado o presente protocolo de cooperação que se regerá pelas seguintes normas:

## Cláusula 1ª

### Objetivo

O presente protocolo tem por objetivo definir os princípios orientadores de cooperação e estabelecer entre os Municípios atravessados pelo Caminho Português de Santiago, Associações de Peregrinos de Santiago, Entidades Religiosas, Universidades, Pastoral do Turismo e outras entidades que demonstrem uma ligação ao Caminho de Santiago.

## Cláusula 2ª

### Compromisso das partes

As partes comprometem-se:

- a) Proceder ao levantamento e reconhecimento do percurso no concelho respetivo, com base em fontes históricas e científicas;
- b) Elencar pontos de interesse para o turismo e infraestruturas de alojamento e restauração existentes nas imediações do caminho;
- c) Elencar escolas e edifícios que, ao longo do caminho, sejam passíveis de reconversão em albergues, para alojamento de peregrinos;
- d) Proceder à limpeza e marcação do caminho de acordo com as normas estabelecidas.
- e) Colaborar no envio de dados e documentação necessária para o desenvolvimento do projeto de criação da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, em tempo útil e de acordo com os procedimentos legais.

## Cláusula 3ª

### Delegação de competências

As partes poderão delegar noutras entidades a execução do previsto no presente protocolo, assegurando de igual forma o cumprimento do estabelecido.

## Cláusula 4ª

### Vigência

Este protocolo produz efeitos a partir da data em que é assinado e é válido até à conclusão dos compromissos assumidos no nº 5 da cláusula segunda.

## Cláusula 5ª

### Disposições Finais

## Protocolo de cooperação para a criação da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago

Após a execução dos compromissos, constantes do presente protocolo, os municípios envolvidos comprometem-se a diligenciar pela celebração de outro, onde se preveja, nomeadamente, a implementação de uma rede de albergues, material de divulgação, ações de dinamização, e outras necessárias ao desenvolvimento do projeto.



## **PROTOCOLO**

Considerando que o Município Alvaiázere é detentor de diversos espaços e equipamentos públicos em locais de impacto turístico relevante, cujo aproveitamento, criando as sinergias necessárias, poderá torná-los espaços visitáveis para exposições ou outros eventos de interesse turístico;

Considerando o valor histórico e artístico de um património muito específico ligado ao colecionismo motorizado, mais concretamente motocicletas antigas, cujo interesse tem cada vez mais entusiastas, quer ao nível do seu estudo, quer da sua visita, quando esta é possível;

Considerando a vontade do proprietário de um acervo significativo destes veículos motorizados em disponibilizar a sua vasta coleção, para exposição visitável, em espaço condigno, dentro da área do Município;

Considerando ter sido consensual que o espaço próprio e a adequar para o efeito, dentro dos diversos equipamentos disponíveis da Câmara, seria o artigo das finanças 1804, descrito na conservatória sob o número 1241/19921009, sito na Rua Dr. Acúrcio Lopes, na vila de Alvaiázere, quer pela dimensão e adequação do seu espaço e a tipologia de acervo, quer pela sua localização relevante;

Considerando, o relevante interesse municipal em constituir mais um espaço de interesse turístico dentro do núcleo urbano da vila de Alvaiázere e um decisivo compromisso entre um particular e uma entidade pública que pretendem partilhar com os alvaizerenses e todos os que visitam esta concelho, um património histórico motorizado digno de ser apreciado e divulgado;

Considerando, por último, o interesse de ambas as partes em constituir, futuramente, no espaço acima referido, ou outro a acordar, um Museu de Duas Rodas, designação a definir futuramente por acordo das partes;

Entre

João Carlos Cortez Pinto Seixas, divorciado, titular do cartão de cidadão nº 01221449-3zz8, contribuinte fiscal nº 113494475, residente em ....., na qualidade de primeiro outorgante

e

Município de Alvaiázere, pessoa coletiva nº 506605949, com sede no Edifício da Câmara Municipal, sito em Praça do Município, 3250-100 Alvaiázere, neste ato representado pela Sr.<sup>a</sup> Presidente Célia Margarida Gomes Marques, como segunda outorgante,

É celebrado o presente Protocolo nos termos da deliberação de Câmara datada de 21 de abril de 2016, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

#### Cláusula primeira

1. O primeiro outorgante é dono e legítimo possuidor de um acervo de bens constituído por veículos motorizados (motociclos) e não motorizados (bicicletas) antigos, devidamente identificados em listagem anexa ao presente Protocolo e do qual faz parte integrante, que se encontram em bom estado de conservação, para os fins do contrato, e que as partes declaram conhecer.

2. A lista de bens/veículos, acima referida, poderá futuramente ser aumentada, por acordo das partes, bastando para tal, a assinatura de documento escrito por ambos os outorgantes com poderes para o acto, que será apenso ao presente Protocolo, como adenda, para os devidos e legais efeitos, identificando os veículos.

#### Cláusula segunda

1. O primeiro outorgante entrega o acervo de veículos, constante da listagem/s atrás referida, ao segundo outorgante, pelo período de 10 anos, a contar da data da entrega de todos os veículos, renovável automaticamente por períodos de 5 anos, para criação de uma exposição permanente de veículos, futuro Museu de Duas Rodas, a instalar em .....

2. A renovação só não será automática, se uma das partes a denunciar com seis meses de antecedência.

3. Por estritas razões de interesse público ou comprovadas dificuldades financeiras do Município em manter o compromisso ora protocolado, o Município poderá rescindir o Protocolo, com antecedência mínima de 60 dias, independentemente do seu término ou suas renovações. Nesta situação, a Câmara será responsável pela transferência da guarda do espólio, em transporte seguro e adequado, para local a indicar pelo primeiro outorgante, pelo período de 60 dias após a comunicação da rescisão.

4. No caso previsto no número anterior, o primeiro outorgante não poderá exigir ao Município, qualquer tipo de indemnização ou valor pecuniário a qualquer título, sem prejuízo da obrigação prevista na última parte do número anterior.

#### Cláusula terceira

O Município de Alvaiázere compromete-se a adequar o espaço referido na cláusula primeira, à finalidade supra indicada, no prazo de ... anos, permitindo que o primeiro outorgante, ou quem este venha a designar, possam acompanhar e sugerir, com ideias pessoais, a melhor adequação do espaço para exposição, desde que tal não comprometa o orçamento disponibilizado para o efeito.

#### Cláusula quarta

O primeiro outorgante compromete-se a entregar os veículos objeto do presente Protocolo no prazo de 30 dias após comunicação escrita do Município, na qual constará a conclusão das obras de adaptação do espaço de exposição e dos procedimentos administrativos e a garantia da recolha e transporte seguro do acervo, para exposição.

#### Cláusula quinta

Com a entrega efetiva dos veículos será assinado, pelas partes, um auto, que fará parte integrante do presente Protocolo, cabendo a segunda outorgante assumir, a partir da referida data, o bom e regular funcionamento da Exposição, futuro Museu de Duas Rodas, e todos os encargos inerentes a conservação, manutenção e guarda dos bens, incluindo seguros e outros impostos, se devidos, não como bens de uso regular, mas como acervo expositivo.

#### Cláusula sexta

1. Por acordo entre as partes, devidamente documentado por escrito, ambos os outorgantes poderão ceder temporariamente alguns bens do acervo para empréstimo a terceiros, para os fins a indicar expressamente no acordo.
2. A responsabilidade pelo adequado transporte, conservação e seguros do espólio que venha a ser retirado da exposição, durante o período acordado, será garantida pela parte que lhe der causa.
3. No caso de que, fruto dessa cedência, tenha resultado lucro patrimonial para alguma das partes, o respetivo montante não poderá ser reclamado pela outra parte.
4. As verbas obtidas pelo Município, como entidade gestora, no âmbito da gestão da exposição incluindo, venda de *merchandising*, catálogos de visita e outros, reverterão unicamente para o 2º outorgante-Município.

#### Cláusula sétima

O Município, com autorização do primeiro outorgante e sempre com a sua supervisão, poderá providenciar o restauro de peças do acervo, a suas expensas, não podendo reclamar ao 1º outorgante, mesmo a final, qualquer despesa daí resultante.

#### Cláusula oitava

Salvo motivo de força maior, o que poderá incluir uma situação de dificuldade económica por parte do primeiro outorgante, quer o desinteresse do Município pelo projeto, a reclamar pelo primeiro outorgante, este não poderá resgatar o acervo dos bens cedidos antes do término do prazo do Protocolo e respetivas prorrogações.

#### Cláusula nona

O Município colocará à entrada da exposição uma placa com indicação da entidade gestora da exposição - Município de Alvaiázere, e o nome de família que o primeiro outorgante indicar, para fazer constar como "proprietários privados do acervo gentilmente cedido para exposição, futuro Museu de Duas Rodas".

## Cláusula décima

1. A forma de gestão da exposição, incluindo eventual receita dela proveniente, é responsabilidade e direito exclusivo do Município, sem prejuízo deste reconhecer e aceitar, dentro do possível, a colaboração e sugestões do primeiro outorgante, ou quem este venha a designar, no que respeita às condições e características da exposição, nomeadamente em termos de atualização futura, sempre de modo a não comprometer os objetivos iniciais do Protocolo.
2. A fim de garantir uma atualização constante e futura deste projeto, o Município compromete-se a garantir um orçamento de cinco mil euros anuais, reservado ao restauro de peças que integrem o acervo.

O presente documento é feito em duplicado e é assinado pelas partes em sinal de conformidade

Alvaiázere, .... de .....de 2017

O primeiro outorgante, na qualidade de proprietário do Acervo

---

A segunda outorgante

---

Assina ainda o presente documento, Adriana Morgado Cortez Pinto Seixas Abreu, portadora do C.C nº ....., Contribuinte Fiscal nº ....., residente em....., na qualidade de Herdeira direta do proprietário, supra identificado, que declara tomar conhecimento do teor deste documento, aceitando e comprometendo-se ao cumprimento dos seus precisos termos, se vier a ser o caso.

---

Assinatura

## **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A INSTALAÇÃO E GESTÃO DA LOJA DO CIDADÃO DE ALVAIÁZERE**

### **ENTRE**

**A AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA I.P.**, pessoa coletiva nº 508 184 509, com sede na Rua Abranches Ferrão, nº 10, 3º G, 1600-001, em Lisboa, neste ato representada por Pedro Manuel Francisco da Silva Dias, na qualidade de Presidente do seu Conselho Diretivo, adiante designada por **“AMA”**;

**O MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE**, pessoa coletiva de direito público nº 506 605 949 com sede na Praça do Município, Alvaiazero, 3250-100 Alvaiazero, neste ato representado pela Presidente da Câmara Municipal, Célia Margarida Gomes Marques, com poderes para o ato atribuídos na reunião da Câmara Municipal de Alvaiazero do dia 07 de dezembro de 2016, adiante designado por **“MUNICÍPIO”**;

**O INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, I.P.**, com sede na Av. D. João II, nº 1.08.01 D Bloco H 1990 – 097, em Lisboa, neste ato representado por Joaquim Carlos Pinto Rodrigues, na qualidade de Presidente do seu Conselho Diretivo, adiante designado por **“IGFEJ”**;

**O INSTITUTO DOS REGISTOS E NOTARIADO, I.P.**, com sede na Av. D. João II, nº 1.8.01D, Edifício H, Campus de Justiça de Lisboa, 1990-097, em Lisboa, neste ato representado por José Ascenso Nunes da Maia, na qualidade de Presidente do seu Conselho Diretivo, adiante designado por **“IRN”**;

**A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**, com sede na Rua da Prata, nº 10, 2º, 1999-013, em Lisboa, neste ato representada por Helena Alves Borges, na qualidade de sua Diretora-Geral, de ora em diante designada por **“AT”**;

E

**O INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.**, com sede na Rua Rosa Araújo, 43, 1250-194, em Lisboa, neste ato representado por Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro, na qualidade de Vogal do seu Conselho Diretivo, de ora em diante designado por **“ISS”**;

O IRN, a AT e o ISS conjuntamente designados por **“Entidades”**

Todos conjuntamente designados por **“Partes”**

**Considerando que:**

- A. O Governo está a prosseguir o objetivo do alargamento da rede nacional de atendimento ao Cidadão com o propósito de oferecer aos cidadãos uma maior oferta de serviços públicos;
- B. Para alcançar tal fim, é necessário racionalizar geográfica e financeiramente o modelo de distribuição de serviços públicos, sem perda de proximidade para o cidadão e com economias em termos de custos de instalação e exploração;
- C. O reconhecimento de que as Lojas do Cidadão se integram numa ótica de partilha de recursos, destinada à prestação de diversos tipos de serviços de atendimento ao público, criando sinergias entre a Administração Central e Local no sentido da prossecução de políticas concertadas em prol do interesse público e dos residentes no **Município**;
- D. Nesse âmbito, e mantendo o essencial de um conceito com inegável sucesso na aproximação da Administração Pública aos cidadãos, importa aprofundar o novo modelo de gestão das Lojas do Cidadão, as quais poderão ser geridas por quem melhor conhece o território e a população nele residente, bem como as necessidades desta no acesso aos serviços públicos, os Municípios, -numa lógica de partilha de recursos, foi proposto ao **Município** a gestão e exploração da Loja do Cidadão de AlvaiaZere;
- E. O projeto Loja do Cidadão de AlvaiaZere é de interesse municipal pelos benefícios que pode

trazer aos Municípios em termos de desburocratização e poupança de tempo útil, constituindo por isso, uma forma de potenciar o desenvolvimento do **Município**;

- F. O modelo reconhecido no Decreto-Lei n.º 74/2014, de 13 de maio, assenta numa lógica que passa por atribuir à **AMA** o papel de gestão e desenvolvimento da rede de Lojas do Cidadão, mas também por introduzir um modelo de maior flexibilidade na gestão operacional das Lojas do Cidadão. A gestão operacional de uma Loja do Cidadão passou a poder ser exercida diretamente pela autarquia, pelo detentor do imóvel, por um dos serviços e organismos públicos instalados na Loja do Cidadão ou por todos os serviços e organismos públicos instalados na Loja do Cidadão, através de uma gestão em condomínio da mesma, cabendo à **AMA** a atribuição de gerir e desenvolver a rede das Lojas do Cidadão, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 43/2012, de 23 de fevereiro;
- G. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2017, de 2 de janeiro, clarificou as condições de instalação de novas Lojas do Cidadão no período de execução do Programa Portugal 2020, promovendo uma política de descentralização cabendo agora aos municípios a iniciativa pela sua instalação;
- H. É intenção do **Município** poder ter um papel mais ativo na gestão da Loja do Cidadão, garantindo a continuidade do serviço público e a sua aproximação à população, mas também a eficácia e eficiência da sua gestão, designadamente ao potenciar a instalação na mesma dos próprios serviços municipais, para além de outros serviços da Administração Pública;
- I. Constitui uma competência municipal, nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a colaboração do **Município de AlvaiaZere** no apoio a projetos de interesse municipal, em parceria com a Administração Central;
- J. O presente Protocolo define as condições gerais de colaboração entre a **AMA** e o **Município de AlvaiaZere** no que diz respeito à gestão da Loja do Cidadão de AlvaiaZere;
- K. O **IGFEJ** tem, entre outras atribuições, a gestão do património afeto à área da Justiça na prossecução das atribuições do Ministério da Justiça.
- L. O **IRN** tem por missão executar e acompanhar as políticas relativas aos serviços de registo, assegurando a prestação de serviços aos cidadãos e às empresas no âmbito da identificação civil, do registo civil, de nacionalidade, predial, comercial, de bens móveis e de pessoas coletivas, bem como, assegurar a regulação, controlo e fiscalização da atividade notarial.
- M. Com o presente Protocolo o **Município**, o **IRN**, a **AT** e o **ISS**, enquanto parceiros deste projeto, integram a Loja do Cidadão de AlvaiaZere a instalar no Palácio da Justiça de

AlvaiaZere, património do Estado Português/Ministério da Justiça/IGFEJ;

- N. O **IGFEJ**, na qualidade de entidade responsável pela gestão do imóvel onde será instalada a Loja do Cidadão de AlvaiaZere, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 164/2012, de 31 de julho, autoriza pelo presente, a realização das obras de adaptação necessárias à instalação da Loja do Cidadão de AlvaiaZere, comprometendo-se a disponibilizar toda a informação necessária à elaboração do projeto de execução e a dar todo o apoio necessário durante a execução da obra.

É de boa-fé reciprocamente acordado e celebrado o presente Protocolo, do qual os Considerandos *supra* fazem parte integrante e que se rege pelas seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA 1.ª

##### (Âmbito e Objeto)

1. O presente Protocolo tem por objeto a definição dos termos e condições da instalação e da gestão da Loja do Cidadão de AlvaiaZere, bem como as obrigações das **Partes**.
2. O presente Protocolo visa ainda garantir a instalação temporária e provisória da Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóvel de AlvaiaZere, atualmente a funcionar no Palácio de Justiça da AlvaiaZere enquanto decorrerem as obras de adaptação do referido edifício.

#### CLÁUSULA 2.ª

##### (Instalação da Loja do Cidadão)

1. A Loja do Cidadão de AlvaiaZere é instalada no prédio identificado no Anexo I ao presente Protocolo e que dele faz parte integrante.
2. A realização das obras necessárias para a instalação da Loja do Cidadão é assegurada pelo **Município**, competindo-lhe nomeadamente:
  - a) Obter as autorizações e assegurar o cumprimento dos procedimentos e das formalidades necessárias para o efeito;
  - b) Assegurar o financiamento da contrapartida pública nacional para a instalação da Loja do Cidadão de AlvaiaZere;
  - c) Desenvolver os procedimentos de contratação pública necessários e adequados à finalidade subjacente;
  - d) Executar as componentes da operação prevista no número seguinte;



- e) Instalar provisoriamente a Conservatória dos Registos Civil, Predial, Comercial e Automóvel de AlvaiaZere no decurso da empreitada de adaptação do edifício da Loja do Cidadão de AlvaiaZere.
3. A apresentação de candidatura para efeitos de obtenção de cofinanciamento comunitário, a coordenação da operação que daí resultar, bem como a interlocução junto da Autoridade competente, é da responsabilidade do **Município**.
  4. A **AMA** assegura ao **Município** a prestação de informação e de apoio necessário para a formalização das candidaturas a fundos providos da União Europeia que este necessite de apresentar.
  5. Para os efeitos do previsto no n.º 2 da presente cláusula o **Município** assegura o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como o respeito pelas diretrizes e normas emitidas pela **AMA**, no âmbito das suas competências legais, regulamentares e contratuais na gestão da rede de Lojas do Cidadão, nomeadamente as que resultam das cláusulas 6.ª e 9.ª, bem como o respeito pelas regras próprias de instalação das **Entidades**, na medida em que sejam compatíveis com aquelas diretrizes e normas.
  6. O **Município** deve submeter o projeto de execução a aprovação da **AMA**, para parecer final, antes da contratação das obras necessárias.
  7. No final da construção, o **Município** deve remeter as telas finais do projeto em formato editável de desenho assistido por computador.

### CLÁUSULA 3.ª

#### (Caracterização das instalações)

1. A Loja do Cidadão de AlvaiaZere é constituída por áreas de uso privativo, e por áreas de uso comum.
2. Para efeitos do disposto no número anterior são áreas de uso privativo as destinadas à instalação das **Entidades**, melhor identificadas no Anexo II ao presente Protocolo, sendo as demais consideradas de uso comum.

### CLÁUSULA 4.ª

#### (Gestão da Loja do Cidadão)

1. A gestão e a coordenação da Loja do Cidadão de AlvaiaZere, nomeadamente a implementação das normas e procedimentos relativos à sua gestão, são da responsabilidade do **Município** sem prejuízo do disposto nas alíneas e) a h) da cláusula 6.ª.
2. Cada uma das **Entidades** designa um responsável pelos seus postos de atendimento, que

assegura a articulação com o responsável pela gestão da Loja do Cidadão de Alvaiaçere em todas as matérias relacionadas com a gestão operacional, coordenação e supervisão do espaço por si ocupado.

## CLÁUSULA 5.ª

### (Instalação de Entidades na Loja do Cidadão)

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da presente Cláusula, integram a Loja do Cidadão de Alvaiaçere as **Entidades** subscritoras do presente Protocolo, considerado o disposto no Anexo II ao presente Protocolo.
2. A lista constante do Anexo II prevista no número anterior inclui as seguintes informações:
  - a) Identificação da **Entidade**;
  - b) Indicação da área de uso privativo de cada uma das **Entidades**;
  - c) Número indicativo de recursos humanos afetos a cada uma das **Entidades**;
  - d) Designação do(s) balcão(ões) de atendimento gerido(s) pela **Entidade**;
  - e) Valor da contrapartida pecuniária a pagar, nos termos da Cláusula 13.ª;
  - f) Identificação dos serviços comuns de funcionamento incluídos na contrapartida pecuniária referida na Cláusula 14.ª.
3. O **Município** pode contratar com outras **Entidades** a instalação dos respetivos serviços de atendimento na Loja do Cidadão de Alvaiaçere, através da celebração de Protocolo bilateral com essas **Entidades**, precedido de autorização prévia da **AMA**, ouvidas as demais **Partes**.
4. Para os efeitos do número anterior, podem ser celebrados contratos com entidades públicas, ou privadas que prestem serviços públicos essenciais ou de interesse geral.
5. Após a conclusão das obras necessárias, o **Município** estabelece, ouvidas as **Entidades**, um prazo razoável para estas se instalarem na Loja do Cidadão de Alvaiaçere.

## CLÁUSULA 6.ª

### (Obrigações da AMA)

No âmbito do presente Protocolo constituem obrigações da **AMA**, na sua qualidade de gestora da rede de Lojas do Cidadão:

- a) Definir e aprovar, de forma articulada com o **Município** e com as **Entidades**, o programa funcional da Loja do Cidadão de Alvaiaçere, de acordo com o modelo de referência das Lojas do Cidadão;
- b) Definir e publicitar os requisitos mínimos acerca do layout das zonas de atendimento, nomeadamente eventuais regras sobre o mobiliário, bem como os elementos de imagem que

caracterizam as Lojas do Cidadão;

- c) Emitir parecer final sobre o projeto de execução;
- d) Acompanhar e validar a execução dos trabalhos necessários à elaboração dos projetos e instalação da Loja do Cidadão de Alvaiazero;
- e) Definir, em articulação com o **Município**, os requisitos sobre a infraestrutura de circuitos de comunicação de voz e dados e equipamento de comunicação para o funcionamento da Loja do Cidadão de Alvaiazero, respeitando os requisitos específicos de cada uma das **Entidades** ali instaladas;
- f) Acompanhar a execução das obras de adaptação do espaço de instalação da Loja do Cidadão de Alvaiazero;
- g) Proceder à definição das normas e procedimentos de gestão e atendimento da Loja do Cidadão de Alvaiazero;
- h) Proceder à instalação, manutenção, ajustamento e *upgrade* do sistema de gestão de filas de espera nos termos da Cláusula 15.ª;
- i) Realizar as ações de formação inicial na área do atendimento e no sistema de gestão de filas de espera, destinadas aos trabalhadores que ocupam os postos de atendimento;
- j) Realizar ações de formação contínua nas áreas referidas na alínea anterior, sempre que se justifique;
- k) Informar o público sobre os serviços prestados na Loja do Cidadão de Alvaiazero através do Portal do Cidadão e do Mapa do Cidadão;
- l) Definir os procedimentos de atendimento e gestão das reclamações;
- m) Garantir a integração da Loja do Cidadão de Alvaiazero na Rede Nacional de Lojas do Cidadão, prestando todo o apoio técnico e funcional necessário ao seu adequado funcionamento;
- n) Fornecer ao **Município** os manuais e as instruções necessárias ao funcionamento da Loja do Cidadão de Alvaiazero;
- o) Estabelecer contactos com quaisquer serviços da Administração Pública, com vista à sua instalação na Loja do Cidadão de Alvaiazero;
- p) Prestar toda a colaboração e informação que o **Município** venha a solicitar no âmbito do cumprimento das obrigações a que esta se encontra sujeita.

#### CLÁUSULA 7.ª

##### (Obrigações do MUNICÍPIO)

No âmbito do presente Protocolo constituem obrigações do **Município**:

- a) Assegurar o financiamento da contrapartida nacional para a instalação da Loja do Cidadão de

Alvaiázere;

- b) Submeter o projeto de execução à **AMA**, para parecer final, prévio à contratação das obras necessárias à instalação da Loja do Cidadão de Alvaiaizere;
- c) Projetar, contratar, assegurar a execução e assumir os encargos com as obras necessárias para o cumprimento do disposto na alínea anterior;
- d) Apresentar mensalmente à **AMA** um relatório sobre o estado de execução da obra;
- e) Fornecer o equipamento necessário ao funcionamento da Loja do Cidadão de Alvaiaizere, designadamente, mobiliário de *front office*, bem como os equipamentos necessários à instalação e funcionamento do sistema de gestão de filas de espera;
- f) Fornecer a infraestrutura passiva, ativa e circuito de comunicação de voz e dados para o funcionamento da Loja do Cidadão de Alvaiaizere, de acordo com os requisitos definidos nos termos da alínea e) da Cláusula 6.ª;
- g) Assegurar a gestão da Loja do Cidadão de Alvaiaizere de acordo com as normas e os procedimentos definidos pela **AMA**, nos termos da alínea g) da cláusula 6.ª, sem prejuízo de outros que sejam definidos por acordo entre a **AMA** e o **Município**;
- h) Assegurar a contratação dos seguintes serviços:
  - i. Energia e água;
  - ii. Limpeza e respetivos produtos de higiene e limpeza;
  - iii. Segurança e vigilância;
  - iv. Sistema de alarmes e ligação à respetiva central, bem como a sua manutenção;
  - v. Medidas de autoproteção contra incêndios e manutenção do respetivo equipamento, incluindo extintores;
  - vi. Certificação energética;
  - vii. Manutenção geral dos equipamentos e instalações;
  - viii. Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de AVAC, instalações elétricas e edifício.
  - ix. Comunicações de voz e dados, nos termos da alínea f) da presente Cláusula.
- i) Suportar os encargos associados ao sistema de gestão de filas de espera referido na alínea h) da Cláusula 6.ª;
- j) Suportar os encargos relativos à área de uso privativo ocupada pelos seus serviços, incluindo o Espaço Cidadão, bem como pela área de uso privativo onde, temporariamente, não se encontre instalada qualquer Entidade;
- k) Assegurar os recursos humanos necessários à gestão e coordenação da Loja do Cidadão de Alvaiaizere;

- l) Assegurar, junto das entidades competentes, todas as certificações, comunicações, autorizações e licenças legalmente necessárias para o funcionamento da Loja do Cidadão de Alvaiazero;
- m) Prestar toda a colaboração e informação que a **AMA** venha a solicitar no âmbito do cumprimento das obrigações a que esta se encontra sujeita;
- n) Prestar contas anualmente às **Entidades** de todos os encargos partilhados no âmbito de custos de funcionamento da Loja do Cidadão, melhor identificados na Cláusula 12.ª.

## CLÁUSULA 8.ª

### (Obrigações das Entidades)

É da responsabilidade das **Entidades**:

- a) Respeitar os padrões de qualidade definidos para o atendimento nas Lojas do Cidadão, através das regras previstas no respetivo Manual de Procedimentos;
- b) Comunicar à **AMA**, com conhecimento do **Município**, por via eletrónica, qualquer alteração dos serviços, para efeitos de atualização da informação a prestar ao cidadão através da Internet e canal de voz;
- c) Satisfazer mensalmente o pagamento das contrapartidas financeiras e demais encargos resultantes do presente Protocolo;
- d) Suportar os encargos decorrentes de alterações da área de uso privativo inicialmente contratualizada;
- e) Manter os serviços de atendimento e de retaguarda em bom estado de apresentação e suportar o custo de quaisquer obras de reparação resultantes de má utilização ou incúria;
- f) Assegurar a afetação de recursos humanos ao serviço de atendimento, de forma a garantir um atendimento correspondente aos padrões de qualidade da Loja do Cidadão de Alvaiazero;
- g) Garantir a aquisição e conservação de todo o mobiliário de *back office* e equipamentos, incluindo o informático e de rede, necessários ao funcionamento do seu posto de atendimento.
- h) Garantir a manutenção e assistência técnica, de todos os equipamentos informáticos por si instalados nos termos do presente Protocolo;
- i) Garantir a instalação e manutenção da sua infraestrutura tecnológica;
- j) Prestar toda a colaboração e informação que a **AMA** ou **Município** venham a solicitar no âmbito do cumprimento das obrigações a que se encontram sujeitos;
- k) Assegurar os encargos relativos ao fornecimento e funcionamento dos seus serviços,

designadamente, economato e comunicações de voz e dados;

- l) Obter as autorizações necessárias para a assunção dos encargos assumidos com o presente Protocolo, assegurar as dotações orçamentais pertinentes e garantir o cumprimento da legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA 9.ª**

##### **(Prerrogativas da AMA)**

A **AMA** goza das seguintes prerrogativas:

- a) Emitir instruções para garantir a inserção da imagem, da marca e do sistema de gestão do atendimento na rede das Lojas do Cidadão;
- b) Emitir recomendações e definir as normas de qualidade dos serviços de atendimento que integram a Loja do Cidadão de AlvaiaZere;
- c) Solicitar todas as informações que entender adequadas sobre o funcionamento da Loja;
- d) Receber as quantias referentes à disponibilização do sistema de gestão de filas de espera na Loja do Cidadão de AlvaiaZere;
- e) Gerir tecnicamente o circuito de comunicações de voz e dados instalado pelo **Município**.

#### **CLÁUSULA 10.ª**

##### **(Prerrogativas do Município)**

O **Município** goza das seguintes prerrogativas:

- a) Praticar todos os atos de gestão necessários para garantir o bom funcionamento da Loja do Cidadão de AlvaiaZere;
- b) Celebrar acordos para a instalação de serviços públicos e privados na Loja do Cidadão de AlvaiaZere, sem prejuízo do disposto no n.º 3 da Cláusula 5.ª;
- c) Receber as contrapartidas pecuniárias devidas pelas **Entidades** instaladas na Loja do Cidadão de AlvaiaZere.

#### **CLÁUSULA 11.ª**

##### **(Prerrogativas das Entidades)**

As **Entidades** gozam das seguintes prerrogativas:

- a) Exercer a sua atividade, de acordo com a lei e com os demais instrumentos normativos ou contratuais aplicáveis;
- b) Gerir o atendimento aos cidadãos utilizadores dos serviços prestados, de forma autónoma, bem como a gestão do seu espaço próprio, com estrito respeito pelas regras e orientações

de funcionamento existentes nas Lojas do Cidadão;

- c) Dispor de boas condições materiais para o exercício da sua atividade;
- d) Usar a sua imagem e identidade próprias, sem prejuízo do disposto no presente Protocolo no que diz respeito à imagem própria transversal da Loja do Cidadão.

## CLÁUSULA 12.ª

### (Serviços Comuns)

Para garantir o funcionamento da Loja do Cidadão de Alvaiazero, o **Município** contrata os seguintes serviços comuns de funcionamento:

- a) Energia e água;
- b) Limpeza e respetivos produtos de higiene e limpeza;
- c) Segurança e vigilância;
- d) Sistema de alarmes e ligação à respetiva central, bem como a sua manutenção;
- e) Medidas de autoproteção contra incêndios e manutenção do respetivo equipamento, incluindo extintores;
- f) Comunicações de voz e dados, nos termos da alínea f) da Cláusula 7.ª;
- g) Certificação energética;
- h) Manutenção geral dos equipamentos e instalações;
- i) Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de AVAC, instalações elétricas e edifício;
- j) Sistema de gestão de filas de espera.

## CLÁUSULA 13.ª

### (Contrapartida pecuniária)

1. Pelo fornecimento dos serviços descritos nas subalíneas i. a viii. da alínea h) da Cláusula 7.ª, as **Entidades** obrigam-se a pagar ao **Município** uma contrapartida mensal correspondente ao valor que resulte da divisão do montante das despesas estimadas pela área total de uso privativo da Loja do Cidadão de Alvaiazero, melhor identificada no Anexo II ao presente Protocolo, multiplicada pela área de uso privativo da respetiva **Entidade**.
2. Pelo fornecimento do serviço previsto na alínea i) da Cláusula 7.ª, as **Entidades** obrigam-se a pagar ao **Município**, o proporcional do valor despendido por aquele, nos termos da Cláusula 15.ª, considerado o número de posições de atendimento de cada **Entidade**.
3. À contrapartida prevista no n.º 1 da presente Cláusula, acrescem, quando aplicável, os encargos decorrentes dos custos de mobiliário, de acordo com a alínea e) da Cláusula 7.ª, até que ocorra

a sua integral amortização.

4. Aos valores previstos nos números anteriores acresce IVA à taxa legal em vigor.
5. O valor a pagar pelas **Entidades**, nos termos dos números anteriores, corresponde à repercussão dos custos assumidos pelo **Município** com o funcionamento da Loja do Cidadão de AlvaiaZero, na base de orçamento provisional, da prestação de contas anual e consagrados através de pagamentos mensais.
6. O valor estimado da contrapartida pecuniária referida no n.º 1 ao n.º3, para o ano de 2017 é o definido no Anexo II.
7. A contrapartida pecuniária referida no número anterior é calculada anualmente, até ao termo do primeiro trimestre do ano respetivo, com efeitos reportados a 1 de janeiro do ano respetivo, tendo por base os encargos efetivos com o funcionamento da Loja do Cidadão de AlvaiaZero, no ano que antecede, de acordo com os serviços enunciados na Cláusula 12.ª.
8. O pagamento da contrapartida pecuniária mensal pelas **Entidades** é efetuado no prazo de 45 dias, contados da data do recebimento da fatura pelas mesmas.
9. O **Município** obriga-se a pagar à **AMA** os encargos referentes à utilização do sistema de gestão de filas de espera, nos termos do disposto na Cláusula 15.ª.
10. As contrapartidas pecuniárias previstas nos números anteriores só são devidas após a abertura da Loja do Cidadão de AlvaiaZero.

#### CLÁUSULA 14.ª

##### (Rede e equipamentos de comunicações, informática, *software* e *help-desk*)

1. É da responsabilidade do **Município** assegurar o apoio de *helpdesk* no que respeita aos equipamentos informáticos e *software* comuns, de suporte à operação da Loja do Cidadão de AlvaiaZero, em articulação com o *service desk* da **AMA**.
2. O *help desk* local colabora com a estrutura central da **AMA** nas intervenções técnicas locais que se vierem a revelar necessárias.
3. O disposto nos números anteriores não prejudica a responsabilidade e autonomia das **Entidades** no que respeita à sua infraestrutura tecnológica, *hardware*, *software*, e equipamentos de comunicação de voz e dados por si fornecidos.
4. Para efeitos de interlocução e articulação técnica com a **AMA**, o **Município** nomeará um funcionário da sua divisão de informática.

#### CLÁUSULA 15.ª

##### (Sistema de Gestão de Filas de Espera)



1. A gestão do atendimento na Loja do Cidadão de AlvaiaZere será efetuada através do sistema de gestão de filas de espera previsto na alínea h) da Cláusula 6.ª, com vista à uniformização da informação estatística.
2. Compete à **AMA** a instalação, manutenção, ajustamento e *upgrade* do sistema de gestão de filas de espera.
3. Pela instalação, utilização e manutenção do sistema de gestão de filas de espera o **Município** pagará à **AMA** uma contrapartida semestral, calculada com base no preço contratualizado pela **AMA** com o fornecedor do sistema de gestão de filas de espera e em função do número de posições de atendimento existentes na Loja do Cidadão de AlvaiaZere com este sistema instalado.
4. Para efeitos da faturação a que se refere o número anterior o **Município** informa a **AMA** do número de compromisso a constar da respetiva fatura.
5. O montante referido no n.º 3 deve ser pago até ao final do mês seguinte àquele a que respeita a fatura.
6. O pagamento a que se refere a presente cláusula é realizado por transferência bancária, para o IBAN da AMA PT50.0781.0112.00000006585.07.

#### **CLÁUSULA 16.ª**

##### **(Espaço do Cidadão)**

Os termos do funcionamento do Espaço do Cidadão da Loja do Cidadão de AlvaiaZere são objeto de Protocolo autónomo e específico.

#### **CLÁUSULA 17.ª**

##### **(Horário de funcionamento e de atendimento)**

O horário de funcionamento e de atendimento da Loja do Cidadão de AlvaiaZere é estabelecido de acordo com o previsto nos artigos 8.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 187/99, de 11 de setembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 247-A/2008, de 26 de dezembro.

#### **CLÁUSULA 18.ª**

##### **(Padrões e garantia de qualidade)**

1. Os serviços prestados ao abrigo do presente Protocolo deverão obedecer aos padrões de qualidade definidos pela **AMA**.
2. O **Município** confere à **AMA** o direito de proceder a auditorias regulares ao funcionamento da Loja do Cidadão de AlvaiaZere, com vista a verificação do cumprimento das normas e

procedimentos instituídos pela **AMA**.

#### **CLÁUSULA 19.ª**

##### **(Divulgação e publicidade)**

1. As campanhas publicitárias ou iniciativas de idêntica natureza de qualquer das **Partes**, e que sejam, direta ou indiretamente, relacionadas com o funcionamento da Loja do Cidadão de AlvaiaZero, deverão ser levadas ao conhecimento prévio das outras **Partes**.
2. Nos suportes publicitários referentes à Loja do Cidadão de AlvaiaZero, para divulgação no **Município**, deverão constar, designadamente, os logótipos e imagens oficialmente aprovados pela **AMA**, pelo **Município**, pelo **IGFEJ** e pelas **Entidades**.

#### **CLÁUSULA 20.ª**

##### **(Responsáveis das Partes pela execução do Protocolo e notificações)**

1. As **Partes** designam os responsáveis pela execução do Protocolo, devendo os respetivos contactos constar do Anexo III ao presente Protocolo.
2. Os avisos, notificações ou outros documentos a enviar ou entregar entre as **Partes** são enviados por correio eletrónico.
3. Qualquer alteração das informações relativas ao disposto no n.º 1 da presente Cláusula deve ser previamente comunicada às outras **Partes**.

#### **CLÁUSULA 21.ª**

##### **(Responsabilidade)**

As **Partes** são responsáveis, nos termos gerais do Direito, pelos danos e prejuízos decorrentes do incumprimento das regras previstas no presente Protocolo.

#### **CLÁUSULA 22.ª**

##### **(Natureza do Protocolo)**

1. O presente Protocolo é celebrado pelas **Partes** com *intuitu personae*.
2. O **Município** não pode ceder a sua posição contratual, celebrar quaisquer contratos ou subcontratos pelos quais confira a terceiros qualquer posição ou direito assente nos direitos que qualquer das demais Partes lhe conferiram nos termos do presente Protocolo, nem praticar quaisquer atos que conduzam aos mesmos resultados ou omitir aqueles que sejam necessários para impedir a sua verificação.

3. O **Município** tem o direito de resolver o Protocolo em relação a determinada **Entidade** se, por decisão de qualquer autoridade administrativa ou judicial, um terceiro adquirir qualquer direito sobre o respetivo posto de atendimento, nomeadamente se for ordenada penhora.

#### **CLÁUSULA 23.ª**

##### **(Confidencialidade)**

1. Cada uma das **Partes** reconhece a natureza confidencial das informações relativas ao presente Protocolo, obrigando-se a manter sigilo de todas as questões respeitantes ao negócio, aos equipamentos, aos materiais e ao conhecimento específico do outro contraente, de que, por virtude do Protocolo, tome conhecimento e que não seja nem se destine a conhecimento público.
2. Salvo autorização expressa em contrário das demais **Partes**, cada uma das **Partes** obriga-se a:
  - a) Só utilizar a referida informação nos termos previstos e para os fins decorrentes do presente Protocolo;
  - b) Não ceder, não partilhar e não permitir a duplicação, uso ou divulgação da referida informação, no todo ou em parte, a terceiros.
3. Em caso de violação da obrigação prevista na presente cláusula, cada uma das **Partes** reserva-se o direito de ser indemnizada por danos que daí resultarem.

#### **CLÁUSULA 24.ª**

##### **(Vigência)**

1. O presente Protocolo produz efeitos na data da sua assinatura, sem prejuízo do disposto no n.º 10 da Cláusula 13.ª.
2. O presente Protocolo mantém-se em vigor pelo prazo de 3 anos contados a partir da abertura da Loja do Cidadão de Alvaiazero.

#### **CLÁUSULA 25.ª**

##### **(Dúvidas, Divergências e Alterações)**

1. As dúvidas ou dificuldades que surjam na execução do presente Protocolo são esclarecidas por mútuo acordo das **Partes**.
2. Sem prejuízo das alterações que venham a ser acordadas entre as **Partes**, estas podem, por acordo, rever as cláusulas do presente Protocolo, mediante proposta de qualquer um dos intervenientes.
3. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula 20.ª o presente Protocolo pode ser alterado por

acordo escrito das **Partes**.

#### CLÁUSULA 26.<sup>a</sup>

##### (Eficácia)

A eficácia do presente Protocolo fica suspensa para as **Entidades**, até a obtenção, das autorizações legalmente necessárias, nomeadamente as previstas na Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, ou as que institucionalmente se apresentem integrantes de toda a formalização, bem como todas as disposições legais que imperativamente se imponham para permitir fazer face aos encargos financeiros decorrentes das presentes obrigações resultantes do presente Protocolo.

#### CLÁUSULA 27.<sup>a</sup>

##### (Denúncia e Resolução)

1. Qualquer das **Partes** pode denunciar o presente Protocolo, por comunicação enviada às outras **Partes**, por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 180 dias relativamente ao seu termo.
2. Qualquer das **Partes** pode, sem prejuízo da responsabilidade a que haja lugar, nos termos gerais de direito, resolver o presente Protocolo em caso de incumprimento grave ou reiterado, das obrigações assumidas por qualquer outra **Parte**, nos termos dos números seguintes.
3. A **Parte** que pretenda exercer o direito de resolução previsto no número anterior, deverá comunicar tal pretensão à **Parte** faltosa, por carta registada com aviso de receção, e com invocação dos respetivos fundamentos, conferindo-lhe um prazo razoável, nunca inferior a 30 (trinta) dias para pôr termo à situação de incumprimento ou de cumprimento defeituoso.
4. Caso a **Parte** faltosa não venha a pôr termo à situação de incumprimento no prazo que para o efeito lhe tenha sido concedido nos termos do número anterior, a outra **Parte** poderá resolver o contrato, por carta registada com aviso de receção, operando a resolução os seus efeitos na data de receção, pela **Parte** faltosa, desta comunicação.

#### CLÁUSULA 28.<sup>a</sup>

##### (Arbitragem)

1. Os eventuais litígios que possam surgir entre as **Partes** em matéria de interpretação, validade e execução do presente Protocolo são resolvidos por arbitragem, com recurso ao Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD).
2. O tribunal arbitral é composto por árbitro único, designado nos termos do Regulamento do

CAAD.

3. As **Partes** declaram aceitar na íntegra o Regulamento do CAAD em vigor.
4. A submissão de qualquer litígio a arbitragem não exonera a parte que tenha decidido submetê-lo a tribunal arbitral do pontual e atempado cumprimento das disposições do presente Protocolo.

Feito em Lisboa aos 17 dias do mês de abril de 2017 num único exemplar eletronicamente.

---

Pela Agência para a  
Modernização Administrativa, I.P.

---

Pelo Município de Alvaiazero

---

Pelo Instituto de Gestão Financeira e  
Equipamentos da Justiça, I.P.

---

Pelo Instituto dos Registos e do Notariado,  
I.P.

---

Pela Autoridade Tributária e Aduaneira

---

Pelo Instituto da Segurança Social, I.P.

## **ANEXO I**

### **Morada da Loja do Cidadão:**

Palácio da Justiça

Rua José Mendes de Carvalho, n.º 8

Alvaiázere

3250-116 ALVAIÁZERE

## ANEXO II

### Entidades a integrar a Loja do Cidadão de Alvaia Zero

<b>Área total de uso privativo da Loja do Cidadão de Alvaia Zero</b>	<b>409,70 m<sup>2</sup></b>
--	-----------------------------

<b>Serviço responsável</b>	<b>Área de uso privativo das Entidades</b>	<b>Número indicativo de recursos humanos afetos</b>	<b>Designação do(s) balcão(ões) de atendimento</b>	<b>Contrapartida mensal (*)</b>
Câmara Municipal	54, 14m <sup>2</sup>	3	Espaço do Cidadão	228,86€
AT	148,34 m <sup>2</sup>	7	Finanças	614,68€
IRN	174,20m <sup>2</sup>	6	IRN	719,79€
ISS	33, 02m <sup>2</sup>	2	ISS	140,08€

#### **(\*) Serviços Comuns incluídos na contrapartida mensal:**

1. Energia e água;
2. Limpeza e respetivos produtos de higiene e limpeza;
3. Segurança e vigilância;
4. Sistema de alarmes e ligação à respetiva central, bem como a sua manutenção;
5. Medidas de autoproteção contra incêndios e manutenção do respetivo equipamento, incluindo extintores;
6. Certificação energética;
7. Manutenção geral dos equipamentos e instalações;
8. Manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de AVAC, instalações elétricas e edifício;
9. Sistema de gestão de filas de espera.

## ANEXO III

### Contactos institucionais

#### **Agência para a Modernização Administrativa, I.P.**

Endereço de correio eletrónico:

Contacto telefónico: 217231200

Endereço: Agência para a Modernização Administrativa, I. P., Rua Abranches Ferrão, n.º 10, 3.º,  
1600-001 Lisboa

Contactos Service Desk:

- Correio eletrónico: [suporte@ama.pt](mailto:suporte@ama.pt)
- Telefone: 10500 (217231260).
- Plataforma Web.

#### **Município de Alvaia Zere**

Endereço de correio eletrónico:

Contacto telefónico:

Endereço:

Contactos da Divisão de Informática:

- Correio eletrónico:
- Contacto telefónico:

#### **Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.**

Endereço de correio eletrónico:

Contacto telefónico

Endereço:

#### **Instituto dos Registos e Notariado, I.P.**

Endereço de correio eletrónico: [secretariado.gp@irn.mj.pt](mailto:secretariado.gp@irn.mj.pt)

Contacto telefónico: 217 985 500

Endereço: Av. D. João II, n.º 1.08.01D Bloco H 1990-097 Lisboa



### **Autoridade Tributária e Aduaneira**

Endereço de correio eletrónico:

Contacto telefónico

Endereço:

### **Instituto da Segurança Social, I.P.**

Endereço de correio eletrónico:

Contacto telefónico

Endereço: